12101.03.122.1237.1800	4490.51	.0101	1.645.000,00
12101.03.092.1237.4509	3190.11	.0101	2.000.000,00
	3191.13	.0101	1.000.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO			4.645.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de setembro de 2009.

ALMERINDO JOSE CARDOSO LEITÃO

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 31722

ROL DE INSCRITOS Nº 021/2009-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol dos Promotores de Justiça inscritos no concurso de remoção na segunda entrância decorrente do Edital nº 021/2009-CSMP, publicado no D.O.E. de 14/9/2009:

01	2º PJ DE ALENQUER - REMOÇÃO - ANTIGUIDADE PROCESSO Nº 042/2009-CSMP		
Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTOCOLO
NÃO HOUVE INSCRITOS			

Belém-Pa, 29 de setembro de 2009.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

Presidente do Conselho Superior

PORTARIA Nº 004/2009-MP/PJS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 31748

PORTARIA Nº 004/2009-MP/PJS

O PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO, respondendo pela Comarca de Salvaterra, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar, que se encontra a disposição Avenida Victor Engelhard, 1095 – Centro, em Salvaterra/PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR Nº 004/2009-MP/PJS

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas nos artigos 37, 127 e 129, incisos II, III da Constituição Federal c/c art. 25, IV, alínea "b" da Lei nº 8.625/1993 e artigo 6º, 8º, §1º e §2º, da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: MUNICÍPIO DE SALVATERRA, na pessoa de seus Agentes Públicos, gênero que alcança os agentes políticos (arts. 1º, 2º da Lei 8.429/1992), e por isso regulamentando o disposto no artigo 37, §4º da CF, hoje exercida pelo senhor JOSÉ MARIA GOMES ARAÚJO.

Objeto de Investigação: Apurar possível prática, em tese, de Crime de Racismo e de Improbidade Administrativa por Desrespeito ao Estado Laico (Art. 5º, VI, CF), praticado pelo Prefeito Municipal de Salvaterra.

Salvaterra-PA, 11 de setembro de 2009

PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR

Promotor de Justiça

RGF - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL -

SET/ 08 A AGO/09

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 31716

**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/ 08 A AGO/09**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	224.675.618,92	
Pessoal Ativo	175.457.008,05	
Pessoal Inativo e Pensionistas	49.218.610,87	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	102.793.764,92	
Imposto de Renda (Resolução nº 16.769-TCE - Processo nº 2003/51606-1, publicada no DOE nº 30.014, de 25.08.2003)	27.796.156,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	39.377.925,37	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	35.619.683,55	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	121.881.854,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	7.975.783.000,00	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV)* 100	1,5281%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	159.515.660,00	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,9%>	151.539.877,00	

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO

ALMERINDO JOSE CARDOSO LEITÃO
SUBPROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, AREA TECNICO ADMINISTRATIVO

ANLYD SERIO FRANÇA JUNIOR
DIRETOR DO DEPTO. FINANCEIRO

SÉRGIO HAILTON DA SILVA DUARTE
COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 31713

PORTARIA Nº 3.858/2009-MP/PJG

Institui Comitê de Trabalho no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 3º, incisos I, II, VI, VII e XII, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e no art. 2º, incisos I, II, V, VI e IX, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, Comitê de Trabalho, vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de discutir e apresentar, à Administração Superior, estudos e sugestões pertinentes a temas de ordem administrativa, para o atendimento de demandas qualificadas dos servidores da Instituição.

Art. 2º O Comitê de Trabalho ora criado terá a seguinte composição e os seus integrantes serão designados por ato do Procurador-Geral de Justiça:

I- um Procurador de Justiça, que exercerá as funções de Coordenador do Comitê;

II- um Promotor de Justiça de 3ª Entrância, que será o substituto imediato do Coordenador;

III- o Diretor do Departamento de Recursos Humanos;

IV- um integrante da Assessoria de Planejamento;

V- um integrante da Comissão de Controle Interno;

VI- um integrante da equipe técnica dos Centros de Apoio Operacional;

VII- um representante da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará – ASMIP, indicado pela própria Associação.

VIII- um representante do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará – SISEMPPA, indicado pelo próprio Sindicato.

Art. 3º O Comitê de Trabalho reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando se fizer necessário.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê outros integrantes da Assessoria Técnica da Instituição Ministerial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em 29 de setembro de 2009.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 31739

EDITAL 027/2009-CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 1ª Entrância, que se encontram abertas, pelo prazo de 10 (dez) dias, as inscrições ao CONCURSO DE PROMOÇÃO para preenchimento do cargo na Promotoria de Justiça abaixo indicada:

2ª ENTRÂNCIA PROMOÇÃO - 01 VAGA
--

Nº	CARGO	CRITÉRIO
01	1º PJ DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	MERECIMENTO

Belém-Pa, 29 de setembro de 2009.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Presidente do Conselho Superior

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 31737

EDITAL 026/2009-CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 2ª Entrância, que se encontram abertas, pelo prazo de 10 (dez) dias, as inscrições ao CONCURSO DE REMOÇÃO para preenchimento dos cargos nas Promotorias de Justiça abaixo indicadas:

2ª ENTRÂNCIA REMOÇÃO - 03 VAGAS
--